

# OS INQUÉRITOS PEDAGÓGICOS EM “O SÉCULO” (ESCOLA PORTUGUESA NA IMPRENSA: 1920)<sup>1</sup>

**Maria Neide Sobral**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Professora da Universidade Federal de Sergipe

Grupo de Pesquisa Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais

E-mail: sssobral@gmail.com

## RESUMO

O objetivo deste texto foi entender os discursos jornalísticos que traduziram a modernidade pedagógica portuguesa no jornal **O Século**, durante a primeira década da República Portuguesa, particularmente nas matérias publicadas sobre as escolas primárias, em 1920. Foi um momento singular da história política do país, da instalação da República e do papel da imprensa, em fase de desenvolvimento empresarial. Mediante fontes documentais, foram analisados os inquéritos pedagógicos publicados neste impresso, especialmente o que se debruçou sobre as condições dos prédios escolares de Portugal. O referido inquérito ocupou a primeira página do jornal em edições publicadas entre abril e outubro de 1920. A escola portuguesa na primeira década da República, a despeito da circulação de ideias oriundas de outros países europeus, dos Estados Unidos e também do Brasil, não conseguiu avançar, pois as condições de trabalho escolar eram precárias, quebrando assim um dos pilares do ideário republicano - a escola como espaço privilegiado para a regeneração da sociedade portuguesa.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Modernidade pedagógica. Inquérito. Ideário republicano.

## ABSTRACT

### PEDAGOGICAL INQUIRIES IN “THE CENTURY” (THE PORTUGUESE SCHOOL IN THE PRESS: 1920)<sup>2</sup>

The object of this study was to understand the journalistic discourses that translated the pedagogical modernity on the newspaper **The Century** during the first decade of the Portuguese Republic, especially on the articles published about the elementary school, in 1920. This was a unique moment in the political history of the country, with the installation of the Republic, and the role of the press that was experiencing a phase of business development. The pedagogical inquiries published in that newspaper were analyzed through documental sources, especially the ones ded-

---

<sup>1</sup> Este texto foi adaptado de um dos capítulos da Tese de Doutorado, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, cuja pesquisa foi feita durante o estágio de Doutorado realizado na Universidade Aberta de Portugal, em 2006, financiado pela Capes/Brasil.

<sup>2</sup> This text was adapted from one of the chapters of the Doctor's Thesis carried out at the Federal University of Rio Grande do Norte, whose research was conducted during the Doctorate internship, performed at the Open University of Portugal in 2006 and sponsored by Capes/Brazil.

icated to the physical structure of the school buildings in Portugal. The referred inquiry occupied the first page of all the published editions from April to October in the year of 1920. Regarding the circulation of ideas that came from other European countries, from the United States and Brazil, the Portuguese school was not able to advance during the first decade of the Republic because of the precarious work conditions, breaking, therefore, one of the ideological pillars of the Republic – the school as a privileged space for the regeneration of the Portuguese society.

Key-words: Journalistic discourse. Pedagogical modernity. Inquiry. Republican ideology.

Estudos sobre a imprensa periódica portuguesa voltados para as questões educacionais foram amplamente realizados por Nóvoa (1993). Este artigo, porém, procurou centrar-se na imprensa de grande circulação, analisando os discursos sobre a modernidade pedagógica na imprensa portuguesa na primeira década do século XX, em matérias publicadas em forma de inquéritos em 1920, no Jornal **O Século**, impresso de grande circulação em Portugal e além-mar.

**O Século** foi então o objeto e fonte primordial deste estudo, por sua longa vida na história da imprensa portuguesa e por, durante o período em estudo, representar os ideários republicanos (PEREIRA, 2002). Na primeira década do século XX, o país viveu um momento singular da história política, da instalação da República e, na imprensa, sua entrada na fase de desenvolvimento empresarial. Autores como Tengarrinha (1989), Crato (1989), Chaparro (2000) e Traquina (2005) assinalam que a prática jornalística da fase empresarial da imprensa neste período foi moldada na suposta objetividade e neutralidade de uma linguagem dita positiva, dentro do gênero informativo.

Do ponto de vista do gênero jornalístico, o inquérito foi uma mistura de entrevista e reportagem sobre uma determinada temática, mobilizando os leitores a participarem emitindo informações e/ou opiniões. Era, portanto, um elemento fundamental na mudança da linguagem jornalística daquela fase empresarial. A realização de inquéritos, então, foi-se constituindo como uma vulgarização de problemas sociológicos, artísticos, científicos, dentre outros para um público mais amplo (CRATO, 1989).

Sendo um misto de entrevista e reportagem, os inquéritos estudados em **O Século** permitem acompanhar no campo do jornalismo português, no que se refere ao processo de formação de opinião, em uma esfera pública, nos termos de Habermas (2003), os destinos da instrução pública do país. Os enunciados do impresso circunstanciam-se em torno de uma mesma constelação de práticas discursivas que se abriam e se fechavam entre o atraso e a necessidade de progresso, entre o velho e o novo e entre o antigo e o moderno (LE GOFF, 2003).

Buscou-se, assim, a modernidade pedagógica portuguesa nos enunciados discursivos dos inquéritos. A noção de discurso adotada neste trabalho vem de Foucault (2000, 2005), entendido este como um conjunto de enunciados produzidos, controlados, selecionados e distribuídos em uma dada sociedade. Os discursos corporificam-se em saberes e organizam-se como *épisteme*, definindo-se esta em cada cultura de acordo com as condições e possibilidades de qualquer conhecimento (BILLOUET, 2003).

Neste sentido, o discurso jornalístico sobre a modernidade pedagógica foi situado em certas configurações de saberes organizados em redes e com ampla circularidade pela imprensa portuguesa. Steinberger (2005, p. 89) entende que os discursos jornalísticos lidam “aparentemente com fatos novos, imprevisíveis, desprovidos de uma trama que lhes dê sentido”. Isto remete ao entendimento de história como trama enunciada por Veyne (1992). Foi dentro desta perspectiva, que os referidos discursos do jornal **O Século** foram focalizados.

O objetivo deste texto foi, portanto, o de entender os discursos jornalísticos que traduziram a modernidade pedagógica portuguesa no jornal **O Século**, durante a primeira década da Re-

pública Portuguesa, particularmente nas matérias publicadas sobre as escolas primárias em 1920. Modernidade entendida aqui na perspectiva histórica de Le Goff (2003), explicitada em forma de ruptura, de transformações amplas nas estruturas sociais do Ocidente, graças, sobretudo, a um longo processo de racionalização da vida.

Neste eixo, o saber científico assumiu o estandarte da modernidade. Transposto para educação, este saber provocou transformação no pensamento pedagógico, ativando novos processos de teorizações para a formação do homem novo, não mais do bom cristão, sim do cidadão. Laicização, métodos ativos, coeducação, espaços próprios, organização disciplinar foram algumas das características assumidas pelo discurso da modernidade pedagógica (CAMBI, 1999).

Pintassilgo (2006), Magalhães (2003) e Carvalho (1996) trouxeram expressiva compreensão sobre o ideário republicano acerca da educação portuguesa, assinalando, cada um ao seu modo, o debate que circulou naquele período de nascimento da República com a necessidade de induzir a renovação de métodos (adoção do intuitivo) e de manuais pedagógicos na organização escolar, particularmente no período que antecedeu a Reforma de 1911 e nos desdobramentos da sua materialização ao longo da primeira década republicana. A escola de “natureza laica era vista como responsável pela regeneração social” na perspectiva republicana, como afirmou Catroga (2000, p. 48), conjugando em si uma prática política, uma Paideia, uma prática educativa de anatomização do catolicismo.

Assim, o jornal **O Século** incorporou bem isto: o ideário republicano, por ter sido o órgão fundador do Partido Republicano Português e por ter nascido sob a égide do desenvolvimento capitalista da imprensa portuguesa. A imprensa portuguesa, de base republicana, mantinha em suas páginas matérias sucessivas sobre a educação, que era considerada como base para a regeneração da sociedade. O inquérito foi uma forma de matéria jornalística que proporcionava aos leitores efetiva participação no debate público em questões importantes para a sociedade portuguesa.

Pelo menos quatro inquéritos foram realizados pelo **O Século** no período em estudo, adotando de forma tangencial ou exclusiva o debate sobre o ensino em Portugal. O primeiro deles foi sobre o papel dos jesuítas na política e na educação, pouco antes da proclamação da República: “Subsídios para o inquérito. Os reverendos padres da Companhia na política e na educação (O SÉCULO, n. 10:326, 11/09/1910). Discutiu-se amplamente sobre o papel dos jesuítas na cultura e na educação portuguesa em tom de censura, responsabilizando-os pelo atraso do país.

Na Reforma de 1911, a descentralização do ensino foi a questão mais polêmica. Embora já tentada pela Monarquia, constituiu-se em uma experiência mal sucedida (1878-1880). Havia esperança de que com a República, que preconizava a descentralização como um princípio democrático, ela fosse efetivada com êxito. Quatro meses depois de regulamentada, face aos inúmeros questionamentos e problemas advindos dessa medida, **O Século** promoveu um inquérito sobre a questão: “Centralização? Descentralização?” (O SÉCULO, n. 11:643, 10/05/1914).

No período da Primeira Guerra Mundial, as questões sobre a educação ficaram subsumidas ou quase desapareceram das páginas de **O Século**. No pós-guerra, outras temáticas foram sendo postas em evidência: insuficiência do número de escolas, altos índices de abandono escolar, frequência baixa e quase sempre irregular. O país vivia com graves problemas em consequência da guerra e as condições de vida dos portugueses eram difíceis. Nesse momento, o impresso realizou outro inquérito, desta feita sobre a vida portuguesa, possibilitando assim expressar o caos em que se encontrava o país, particularmente no âmbito educacional, com o título “Vida Portuguesa: subsídios para o estudo nacional” (O SÉCULO, n. 12:101, 21/01/1918).

**O Século** realizou mais um inquérito em 1920 sobre as escolas primárias, publicando matérias em primeira página. Esse inquérito foi iniciado em 14/05/1920, com o título “A bem dos pequeninos: as escolas primárias” (O SÉCULO, n. 13:784, 14/05/1920). Nesse particular, os depoimentos, extremamente ricos, advindos de muitos locais de Portugal, contribuíram para mape-

ar o quadro dantesco da situação do ensino no país. Revelavam que nos dez anos de regime republicano pouco havia sido feito, além da aprovação de uma bela reforma respaldada nos preceitos da Pedagogia Moderna. Como afirmou Carvalho (1996), até hoje alguns aspectos seriam inexecutáveis no país. Por que o periódico, que nasceu nos braços do Partido Republicano, passou cem anos defendendo o mesmo ideário, expôs as escolas primárias? O que manteve o interesse do seu público leitor para que as matérias fossem publicadas diariamente por tantos meses?

A cada matéria lida, evidenciou-se o quanto o referido inquérito revelava sobre a realidade do ensino com poucas realizações e muitas frustrações. Diante dos dados, compreendeu-se que a reforma feita pela República demonstrava na prática que as leis eram tangenciais, tanto por assinalarem horizontes de materialização, quanto pela capacidade de evidenciar sua pouca adequação à realidade. Nesse aspecto, a referida reforma inspirada nos avanços de países vizinhos e dos Estados Unidos, parecia aproximar-se com o anseio de civilização dos portugueses, já que em algum momento de sua história, mesmo que perdida no passado, havia orquestrado a sinfonia da modernidade.

Assim, o inquérito realizado sobre as escolas primárias, cujo epicentro de debate se fez em torno dos prédios escolares, adotava o propósito do impresso em sua ação missionária no espaço público de Portugal: desvelar tanto o estado das escolas e sua impossibilidade de realizar os anseios republicanos, quanto criar efetivas possibilidades para se mudar o quadro, em um momento crucial, dez anos após a proclamação da República e do pouco que se havia conseguido a esse respeito.

Depois da Primeira Guerra Mundial, cujas consequências foram analisadas do ponto de vista econômico, político, social e educacional pelo impresso no inquérito de 1918, os prédios escolares, de forma pontual, passaram a ser o foco discursivo em 1920. Ano esse em que persistiam no país as mazelas provocadas pela guerra como greves, problemas internos de disputa de poder entre os republicanos, e entre estes e os monarquistas, dentro de uma conjuntura internacional de recuperação de seus prejuízos. Dessa forma, parecia visível que houvesse um caminho de volta dos portugueses para os problemas internos de seu país submersos até então, exigindo desafios enormes para pôr em ordem Portugal.

Voltar-se para os prédios escolares foi um desses caminhos, apesar de que a preocupação com eles já viera de longa data. Silva (2001), estudando sobre as escolas portuguesas, assinalou que a busca de um espaço próprio para a escola remontava ao ano de 1866, junto com a preocupação que emergiu com a infância e o desejo de mantê-las em ambiente são, exatamente no chamado *Século da criança* (ÁRIES, 1981).

A preocupação em Portugal veio materializada com o lançamento de uma legislação reguladora das construções escolares que, para Silva (2001, p. 189), foi precoce “visivelmente defasado das realidades concretas e tendo em nossa opinião um efeito contraprodutivo e impeditivo do desenvolvimento de um parque escolar de parâmetros minimamente aceitáveis”. A imagem que acabou por cristalizar-se foi a de “escola pardieiro”, retórica presente em boa parte das opiniões colhidas pelo **O Século** no inquérito.

Era preciso pensar na questão higienista que tomava mais força em Portugal no final da década de 1910 e início da década de 1920. Já era uma necessidade a existência de um determinado lugar para se fazer o pedagógico de modo que as construções arquitetônicas deveriam se ajustar aos “postulados do higienismo, à racionalidade panóptica e ao movimento em favor da graduação pedagógica” (FRAGO, 2001, p. 23). Nessa perspectiva, Silva (2001), analisando os espaços escolares, referiu-se ao fato de que a casa do mestre era o espaço da escola em Portugal de outrora. A ideia de uma casa da escola, adaptada tanto para moradia do mestre quanto para receber seus alunos, foi consagrada no século XIX, em meio às modificações sociais, econômicas e políticas que contribuíram para a ideação de uma nova arquitetura pública.

Os prédios escolares de Portugal foram construídos no período republicano pelos chamados beneméritos da educação. Eram projetados dentro dos moldes da Pedagogia Moderna, nos quais **O Século** desempenhou um papel singular. Um artigo publicado na revista Atlântida, que tinha circuito no Brasil e em Portugal, trazia informes sobre o arquiteto Raul Lino, responsável, no período, pelo projeto de muitas edificações escolares, pela natureza nacionalista de seus projetos, “inteiramente novos de fisionomia exterior e de decoração interna” (BARROS, 1916, p. 332)

Em carta para a Revista Atlântida, o arquiteto Raul Lino trouxe, em linguagem literária, o uso de metáforas fazendo analogias com a música e a necessidade de sintonia, para descrever seus projetos arquitetônicos:

Mas voltando á minha marimba, que lhe hei-de eu dizer dos meus projectos de construcções escolares? Que o menos incompleto é o da escola primaria que se está executando na Tapada da Ajuda, e este foi o resultado bastante torturado de uma espécie de assalto de esgrima entre o espírito inventivo de um lado e uma cousa chamada orçamento do outro lado. De resto, estudei o assunto como toa a gente o faria, para satisfazer ás exigências pedagógicas, de higiene escolar, etc, etc.(LINO, 1916, p. 335).

O inquérito evidenciou também mobílias e matérias das escolas portuguesas. Aquela escola transformadora e regeneradora, idealizada pelos republicanos, mostrava sua verdadeira face. Desvelava que tudo ainda estava para começar, para se fazer na instrução pública do país. Ler as opiniões de cerca de 120 matérias deu a impressão de que a história era (re) contada continuamente, tal a similitude das opiniões a respeito, sobretudo em relação às condições dos prédios escolares. Um enredo se sucedia a outro, mudando-se apenas as adjetivações. Quase um folhetim sem a graça e sem o suspense, já em decadência no referido período em Portugal.

Estes discursos eram práticas e como práticas provocavam uma intervenção na realidade, pois se evidenciaram aqui e acolá algumas iniciativas governamentais, à medida que os depoimentos foram sendo publicados. Isso implicou no retorno da campanha de **O Século**, ampliando a participação do público leitor especializado, já que os professores eram constantemente solicitados a participarem.

Ao lançar o referido inquérito sobre as escolas primárias, **O Século** (n. 13:784, 14/05/1920) o fez afirmando o estado lastimável das escolas, instaladas em lugares e prédios inapropriados (casarões ignóbeis, pardieiros nojentos). Afirmou que os jornais alertavam, mas os governos não levavam a sério, não pondo fim ao “crime de desumanidade que vem sendo praticado”. “O que são as escolas primárias de Lisboa todos sabem, sendo de pasmar que ainda hoje se consinta que a maior parte delas funcionasse em edifícios velhos, em salas escuras, com as paredes [...] sem respeito de nenhuma espécie pelos pequeninos que ali se encontram (IDEM).” Nos prédios havia tabernas, estrebarias, pastos, armazéns de drogas, deparando-se as crianças com cenas indecorosas (lições de profunda imoralidade).

Na edição seguinte, o jornal colocou o mesmo título, acrescido “e o nosso apêlo aos professores” (O SÉCULO, n. 13:785, 15/05/1920), pedindo a eles que ajudassem a transformar as escolas em todo o país, para o engrandecimento da Pátria e da República. Fez comparação entre as escolas e as prisões, afirmando que era necessário que as crianças sentissem saudades da escola, tendo nestas “o conforto e a alegria que lhes faltam cá fora”. O apelo foi-se tornando mais enfático com a chamada “salvemos os pequeninos” (O SÉCULO, n.13:787, 17/05/1920). Nesse caso, convocando os beneméritos da educação, enquanto os depoimentos que chegavam à redação

do jornal foram confirmando a denúncia inicial e até dando um quadro de desalento da situação das escolas em Portugal.

Cinco dias depois, as opiniões dos professores começaram a ser publicadas (O SÉCULO, n. 13:788, 18/05/1920). Dos depoimentos de autoridades, dos professores, dos pais, da comunidade em geral foi possível traçar um perfil da escola primária portuguesa em vários aspectos, com ênfase nas condições materiais de funcionamento, desde o prédio em que estava situada, até as mobílias e o material escolar.

As adjetivações referentes aos prédios escolares eram muitas no referido inquérito, e vinham de várias partes do país: “verdadeiros antros”, “com um esgoto onde jorra fedentinas”, “prédio velho [...] com cheiro nauseabundo, repugnante e insuportável”, “pardieiro infame”, “cela inquisitória, onde os ratos vivem beaticamente” etc. (O SÉCULO, n. 13:789, 19/05/1920).

Os professores mostravam-se agradecidos ao **O Século** (n. 13:791, 21/05/1920) por ajudar a salvar as crianças das “torturas a que vivem submetidas nos casarões imundos a que entre nós se dá o nome de escola. Sem sede própria, sem luz e sem vidraças nas janelas, embaixo adegas sem pátio para recreio” (Ceia). Escola como “ninho de morcegos” “que só vivem nas trevas, quando a escola deve difundir luz”. Antônio Fortunado (Alvega) afirmou:

A escola primária é mesmo um albergue, a mansarda sem ar e sem luz tugúrio, humido e infeto. Aproveitavam-se todos os locais, desde o pantanoso ao desabrigado, elevaram-se quatro paredes com algumas fendas faz-se uma sala pobre, que se ornou com brancas e farrapos pintados, abalando a saúde de alunos e professores (O SÉCULO, n. 13:879, 17/08/1920).

O jornal alternou aqui e acolá as denúncias sobre as escolas com louvores à campanha. O impresso começou a receber apoio de vários órgãos da sociedade civil e política, do Senado, cujo objetivo era o de transformar a escola, o de “acordar as consciências, sobretudo a consciência oficial” (O SÉCULO, n. 13:790, 20/05/1920). Mas ele próprio retratou seu papel ou missão nessa iniciativa, ao considerar que cumpriu o seu dever, apontando o mal, “que carece de remédio, considerando que o apoio recebido era revelador de que o impresso ia ao encontro da opinião geral, traduzindo o desejo de uma classe desprezada pelos poderes públicos.

Por conta da realização do Congresso do Professorado Primário, muitos professores fizeram referências à Campanha de **O Século**, considerando-a uma obra patriótica, procurando a co-operação de todos dentro da República “a fim de salvar a Pátria, que corre vertiginosamente para um precipício, em que a política e os políticos têm uma grande responsabilidade” (O SÉCULO, 13:769, 26/05/1920).

No impresso, a União do Professorado Primário Oficial (O SÉCULO, n. 13:893, 01/09/1920) depôs contra a coeducação, instituída na última reforma. Mesmo considerando que ela tenha sido instituída há muito em outros países europeus, em Portugal “esse método pedagógico” não poderia ser adotado por conta das condições climáticas e étnicas, variando muito da Inglaterra, França e Suíça. Especialmente em grandes aglomerados urbanos, a exemplo de Lisboa e Porto, a coeducação era considerada perigosa “devido ao temperamento mórbido da população e a acentuada desmoralização dos costumes”. O órgão definiu sua posição: “neste caso, porém, mais uma vez se afirma a velha mania nacional, de se copiar tudo o que surge no estrangeiro, sem averiguarmos de sua capacidade de adaptação ao nosso paiz”. Defendeu a adoção da coeducação nos pequenos centros e nas aldeias, onde predominava “a moralidade nata”.

O Grêmio ainda reforçou a responsabilidade que tinha o professor em se ocupar da decoração das escolas, assim como a dona de casa transformava uma casa desgraciosa em um lar en-

cantador. Fez referência à lei do ensino que tratou da responsabilidade do professor no embelezamento da escola e na boa instalação, para que a criança tivesse gosto e afeição aos estudos. Esforços dessa natureza foram se configurando como exemplos pela redação do jornal.

Este professor, desde 1896, empenhou-se na transformação da própria escola, através de campanhas e doações, bem como solicitações contínuas à Câmara de modo que a escola perdeu seu aspecto triste e sombrio, tornando-se uma das melhores da freguesia. Nela se cantavam os hinos portugueses em festas solenes e as crianças apresentavam bom aproveitamento nos exames, ressaltando o jornal o valor patriótico do professor: “faina de uma vida inteira de dedicação e de trabalho a causa nobilíssima da instrução, sem outro resultado que não seja a dedicação do dever cumprido” (O SÉCULO, n. 13:856, 25/06/1920).

Sugestões também chegavam para que se aproveitassem as antigas residências paroquiais para se instalar as escolas, já que elas eram adequadas e pertencentes ao Estado, detalhe que evitaria o pagamento de rendas. Aproveitar-se-ia o dinheiro para a restauração de outras unidades, conclamando o Ministério da Instrução para que refletisse sobre o assunto (O SÉCULO, n. 13:826, 26/06/1920). O argumento da instalação de escolas nas casas paroquiais era delineado por serem os melhores edifícios da região interiorana. Além de as salas serem amplas, havia terrenos em volta, onde era possível desenvolver atividades relativas à agricultura, despertando assim nas crianças o amor a terra.

O que é preciso, o que é urgente é criar escolas primárias higiênicas, onde o ar e a luz entre a jorros, criando uma raça forte e alegre, com amor ao trabalho e à vida”. Nada de métodos complicados criando sábios de aldeias, sendo preferível que se atenda em primeiro lugar à saúde d’esses milhares de pequeninos que serão amanhã os propulsores do desenvolvimento nacional. Andamos todos fartos de bacharéis. Do que o país precisa é de gente com fé e com alma e isso tudo se atrofia e se morre, se perde e se aniquila nos casebres imundos em que as crianças passam atualmente alguns anos de sua vida! Aborrecendo a escola ao invés de amal-a, por se ver sujeita a mais triste e criminosa das prisões (O SÉCULO, n. 13:830, 29/06/1920).

Nesse inquérito, a questão da descentralização de ensino retornou, já que algumas iniciativas pontuais voltaram a ser tomadas em cidades de grande porte, a exemplo de Lisboa e do Porto. Uma nota de **O Século** deu conta disso, publicando o Decreto que dava autonomia administrativa aos municípios referidos, cobrando despesas e aplicando recursos na construção de prédios escolares (O SÉCULO, n. 13:848, 18/07/1920). Um mês depois da descentralização administrativa do Porto e de Lisboa, **O Século** assinalava a preocupação dos professores, salientado que em Lisboa, ao contrário do que havia sido denunciado, não se aceitava a descentralização (O SÉCULO, n. 13:873, 13/08/1920).

Quando as escolas eram construídas pelos “amigos da instrução,” sofriam denúncias, também, face ao abandono imposto pelo Estado. Denúncias de desmazelos e descaso do poder público foram sendo encaminhadas pelos leitores. A exemplo do caso de recursos deixados por cidadãos, em herança, para a construção de escolas que nunca foram construídas pelo Estado (um amigo da instrução - Beja) (O SÉCULO n. 13:883, 21/08/1920).

O Estado português passou a ser alvo de críticas pelo **O Século** não só pelos relatos recebidos, mas pelo próprio redator. Quando o redator foi questionado até que ponto o Estado era responsável pela barafunda do ensino primário, afirmou que o Estado recebia doações para a construção dos prédios escolares, mas não as utilizava: “O Estado põe uma política mesquinha, ignóbil, acima dos interesses do paiz”. Confirmando esta opinião, **O Século** apoiou-se no caso do

professor Carvalho que mantinha uma escola mista, fechada em 1918, por falta de uma sede e de habitação para professor. A população abriu uma subscrição e começou a construção do prédio, oferecendo-o ao Estado, mas houve problemas no provimento do cargo de professor. A construção foi embargada, permanecendo sem solução (O SÉCULO, n. 13:907, 14/09/1920).

O entusiasmo pela República foi-se desvanecendo à medida que **O Século** (n. 13:905, 12/09/1920) reconsiderava a sua posição até então implacável em relação à Monarquia. Já fazia analogia ao fato de que esta havia abandonado o ensino primário, como também estava abandonando a República. Mesmo assim, ainda considerava justo ressaltar o esforço que os homens da revolução fizeram “no generoso e patriótico intuito de melhorar e desenvolver quanto possível o ensino primário em Portugal” O esforço era aludido a uma publicação de Dr. Antonio da Costa sobre a instrução pública de Portugal, afirmando que, de 1809 até 1920, a Monarquia havia criado 31 cadeiras do ensino primário, e que nos dez anos de República já havia sido criadas 59 cadeiras.

Quem há aí, de alma generosa e de coração simples, que lance hombros á patriótica empreza de melhorar a escola primária, arrancando milhares e milhares de crianças ao martírio horrível que estão sofrendo.

Não se manifesta a iniciativa do Estado? Não se manifesta a iniciativa particular? São milhares de crianças condenadas a uma morte lenta [...] as mesmas que terão de cuidar do futuro d`esta Pátria, de engrandecel-a e pretigial-a. A dedicação dos professores e seu espírito de sacrifício, bem merecem que os auxiliem e amparem. Haja, pois, quem olhe a sério para tão greve problema e melhore, embora pouco a pouco, a triste situação da escola do povo (O SÉCULO, n. 13:905, 12/09/1920).

Mereceu crítica ao governo o fato de o Estado obrigar os professores a trabalharem em velhos casarões e negar-lhes recursos mínimos para as despesas com a limpeza (O SÉCULO, 13:835, 04/07/1920). Junto a essas denúncias somavam-se os atrasos dos parques vencimentos dos professores, a falta de adiantamento para as rendas da casa e do material de limpeza, e a odisséia dos professores para receber seus vencimentos, fatos que chamaram a atenção do Ministro da Instrução que, “certamente não sabe o que se passa e é despresticioso para a República (O SÉCULO, n. 13:839, 09/07/1920). Aplausos foram recebidos por **O século** pela sua patriótica campanha, de forma coletiva, através dos conselhos das freguesias ou de pessoas, individualmente. Seus discursos ressaltaram que não bastava ser amigo da instrução; era preciso demonstrar, pois, remontando à memória do glorioso tempo do Partido Republicano, bradava-se aos quatro ventos a necessidade de se acabar com o analfabetismo, criando-se escolas em todas as aldeias. Entretanto, assumindo uma posição mais relativa o impresso afirmou que, de fato, abriram-se centenas de escolas, mas o entusiasmo esvaiu-se, chegando à situação em que se encontrava (O SÉCULO, n. 13:836, 05/07/1920).

Os beneméritos da instrução receberam especial atenção de **O Século**. Ao longo da campanha pela construção de prédios escolares, **O Século** foi noticiando iniciativas dos particulares, ressaltando-se sempre que as edificações atendiam os preceitos da Pedagogia Moderna (O SÉCULO, n. 13:837, 06/07/1920). A campanha começou a mexer com a sociedade portuguesa, ampliando-se o número de construções de edifícios escolares por eles, como registrou a professora de Caldas da Rainha. Alegava a professora que esse fato possibilitaria estimular os afortunados, na certeza de que umas migalhas da sua abastança poderiam transformar ambientes tristes e insalubres em ambientes sadios e alegres, onde a infância - alavanca do futuro - iria beber, sem prejuízo da saúde, a luz benéfica do ensino. Os beneméritos, incluindo-se o próprio impresso, entre-

gavam o prédio pronto à comunidade ou ao poder público, merecendo grande celebração na entrega e inauguração da escola.

Diante do caos verificado nas escolas públicas oficiais e da crescente iniciativa privada na construção e entrega de prédios, **O Século** inaugurou uma galeria com as fotografias dessas novas escolas. Assim foi a homenagem a outro benemérito, José de Almeida Fernandes, professor de Lamejo (*O SÉCULO*, n. 13:831, 30/06/1920). Ele comprou o prédio para a sua escola, pois, ameaçado de sair do local em que estava por ter sido posto à venda, comprou o único imóvel aproveitável da região, para o que o Estado lhe pagasse a renda. Para isso, fez um empréstimo a juros de 6% ao ano, para ser pago com a renda recebida pelo uso do prédio. Entretanto, chamou a atenção do periódico para o fato de que fazia mais de um ano que o Estado não pagava nem a renda, nem o equivalente para a compra de material de expedientes e de limpeza para a escola. Em seu relato, o professor descreveu sua carreira, o apego às crianças e o trabalho realizado. Destacou a frequência regular em sua escola, estando o cancro do analfabetismo quase morto naquela localidade. Questionava o professor no impresso, cobrando explicação por encontrar-se naquele estado. Depoimentos como este eram reforçados com elogios frequentes ao espírito de iniciativa e de patriotismo.

Logo ao entrar na minha vida oficial , em outubro de 1901, não pode v. calcular a grandeza do desanimo e desconforto que se apoderou do meu espírito ao deparar com uma salinha para aula, freqüentada, irregularmente por seis criancinhas completamente analfabetas, medrosas, indecisas, desconfiadas, fitando-me com olhos de idiotas. Isto n`uma linfa freguezia a dois passos da cidade! Material didático nenhum; mobiliário, o de uma taberna imunda; duas mezas e dois bancos côm de fuzígem, ascorosos, nojentos, apregados no soalho. Não havia uma cadeira, não havia um único documento escrito que provasse ter havido aqui uma escola. E escola não era isto não! Era um antro de miséria e de vergonha. Afaguei as seis crianças, bejei-as até e tornei-me um pouco diplomata, parlatando com os paes da pequenada, pedindo-lhes materia prima, prometendo-lhes a felicidade – que não tinha – falando-lhes ao coração. Há muitos anos que esta escola não tem uma única criança de frequência irregular – digo-o com alegria – muito se tem conseguido (*O SÉCULO*, n. 13:831, 30/06/1920).

Relatos como esse do professor de Lamejo eram ressaltados pelo impresso. Outro depoimento feito pelo professor Carlos Lopes (Fortias) apontava situação similar para o esforço empreendido por ele para conseguir ministrar suas aulas. Ao ser nomeado para aquela localidade, encontrou uma casa-escola que era um velho pardieiro, demonstrando o seu estado de espírito (*O SÉCULO*, n. 13:843, 12/07/1920).

Em junho, o ministro demitiu-se e **O Século** indagava em suas páginas: “Que ministro será capaz de transformar as escolas primárias?” (*O SÉCULO*, n. 13:852, 21/06/1920). Isso tudo em meio ao caos das escolas públicas, com seus prédios inadequados, faltando mobiliário, material escolar e de limpeza, e somado ao surto de uma epidemia de sarampo. O abandono das crianças, então, era aludido ao horror que sentiam aos casarões imundos, que envergonhavam portugueses, enojavam os homens civilizados e desfaleciam os professores (Catro Mirim) (*O SÉCULO*, n. 13:844, 13/07/1920).

Nessa direção, os relatos se sucediam demonstrando as inúmeras carências da escola pública portuguesa, que levavam ao seu abandono pelas crianças. Isso, segundo o impresso, era fruto do desinteresse pelo progresso da raça, expressando, assim, o completo abandono do Estado

para com as condições materiais do país: nem escolas, nem hospitais, nem estradas de ferro e nem indústria desenvolvida.

Salientou **O Século** que havia recomendado às câmaras priorizar a criação de escolas primárias gerais e não as escolas primárias superiores. Nesse sentido, declara o impresso que o ministro acordou, remetendo-se à criação das escolas primárias superiores, que nenhuma missão útil poderia servir ao povo português. Um país desgraçado que, sem as escolas primárias gerais, criava as superiores para dar a ilusão de ser um país civilizado, como se a civilização pudesse ser decretada, iludindo-se com o grau de “incultura do povo” (O SÉCULO, n. 13:847, 17/07/1920).

Segundo **O Século**, o futuro de Portugal e da raça estava na escola primária. Assim, louvava a iniciativa particular e criticava o descaso do Estado, pois, apesar do crescimento do número de beneméritos da educação, não era ainda suficiente para resolver o problema. O impresso louvou a fala do ministro Rego Chaves, sobre a assistência escolar, em outro momento, ao destinar a economia de 100 contos de reis auferida com a greve dos tipógrafos da Imprensa Nacional, destinando este valor à assistência escolar. Mesmo considerando a quantia modesta, poderia ajudar crianças pobres a não abandonar a escola (O SÉCULO, n. 13:854, 21/07/1920).

Assim, encerrou-se o inquérito de **O Século** com algumas leis sendo elaboradas e discutidas no sentido de proceder a reformas e construções escolares. Entretanto, só na década de 1930 os prédios escolares se integraram em grande número à instrução pública portuguesa.

Outros inquéritos foram instalados pelo **O Século** ao final dos anos da Primeira República. Como exemplo, pode-se mencionar o despovoamento das escolas, com suas consequências agravantes para o estado de miséria das crianças; para a criação de cantinas escolares; para a volta dos exames de primário, discutindo se sua abolição seria vantajosa e se seria conveniente restabelecê-los. Esse inquérito, com dados mais quantitativos, exigia do participante apenas um *sim* ou um *não*. Inaugurava-se, em **O Século**, o inquérito de natureza estatística.

Pudemos verificar que em todo o percurso de realização do inquérito, a despeito das críticas contínuas à atuação do governo em relação aos prédios escolares, evidenciou-se sempre um profundo alinhamento do impresso aos princípios que preconizou desde o início da República: a natureza intervencionista da prática jornalística, de ajudar a construir o país. País este mais empobrecido depois da Primeira Guerra, vivendo uma situação difícil pela alta dos preços que atingiu, em cheio, as escolas, inviabilizando, em muitos momentos, a compra de papéis.

Eram múltiplas as vozes que se cruzavam para expor o estado das escolas portuguesas. Textos de autoridades, de jornalistas, intelectuais, professores e pais, em cujas matérias publicavam extratos ou a íntegra dos relatos, dando um sentido quase uniforme ao estado escolar português.

O inquérito foi um gênero jornalístico que oscilava entre o informativo e o opinativo, frequente na imprensa portuguesa na primeira metade do século XX. A confluência de diversas vozes dava um tom mais objetivo à matéria e descentrava a responsabilidade de **O Século** em assumir, como empresa, as denúncias. Ao estilo das grandes reportagens com características próprias, demonstrou que, no espaço público português, foi possível esticar a temática em primeira página por meses seguidos.

Foi possível verificar que o eixo principal do discurso veiculado pelo impresso sobre educação e o ensino marcava decisivamente a sua própria tarefa patriótica de contribuir para a regeneração do país, cuja escola era pensada como elemento fundamental desse processo. Na medida em que a República avançava sem cumprir suas promessas, **O Século** se manteve fiel ao regime por considerá-lo necessário para a modernização do país. Jogou-se no inquérito uma forma de desnudar a situação caótica da escola, o que não implicou em um confronto com a República. O ideal da escola cívica de formação de um homem novo não se concretizou mesmo que o velho regime (a Monarquia) tenha sido derrubado e os jesuítas banidos do país, estes últimos considerados até então responsáveis pelos problemas de Portugal.

Pode-se considerar o inquérito como ‘jogos de verdade’, cujo norte foi sempre o discurso científico nas relações que os homens (jornalistas e público leitor) estabeleciam. Em jogo também estava a sua autoimportância e autoafirmação na luta pela verdade que defendiam, exercitando-se em micropoderes.

Assim, os discursos jornalísticos e os sentidos da modernidade pedagógica evidenciados no inquérito da escola pública desvelavam as condições objetivas de trabalho na escola, no jogo do atraso e progresso, velho e novo, demarcando que a linha da República pouco se alterou.

## REFERÊNCIAS

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.

BARROS, João. Edifícios Escolares de Raul Lino. In: **Revista Atlântida**: Mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva. n. 4, 1916.

BILLOUET, Pierre. **Foucault**. Tradução de Beatriz Sedou. Revisão técnica de Carlos José Martins. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini . I reimp. São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, Rómulo de. **História do ensino em Portugal**: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

CATROGA, Fernando. **O republicanismo em Portugal**: da formação aos 5 de outubro de 1910. 2. ed. Lisboa: Notícia Editorial, 2000.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d`aquém e d`além mar**: percursos e gêneros, jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 2000.

CRATO, Nuno. **A imprensa**: iniciação ao jornalismo e à comunicação social. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Miguel Serra Pereira. Lisboa: Alameda, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. Ed. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003.

LINO, Raul. Meu caro João de Barros. In: **Revista Atlântida**: Mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil. Lisboa: Imprensa Libânio da Silva. n. 4, 1916, 1916.

MAGALHÃES, Justino. A escola elementar e a leitura em Portugal. In: FERNANDES, Rogério; PINTASSILGO, Joaquim. **A modernidade pedagógica e a escola para todos na Europa do Sul no século XX**. Portugal: Trialgráfica, 2003.

NÓVOA. António (org.). **A imprensa de educação e ensino**: repertório analítico (século XIX-XX). Lisboa: Instituto Educacional, 1993.

PEREIRA, Miriam Halpern. O princípio d'O Século num fim de século. In: **Pelos Séculos d'O século**. Lisboa: Torre do Tombo, 2002.

PINTASSILGO, Joaquim et al (orgs). **História da escola em Portugal e no Brasil**: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

SILVA, Carlos Manique da. **Escolas belas ou espaços são?** Uma análise histórica sobre a arquitetura escolar portuguesa (1860-1920). Lisboa: Ministério da Educação, 2001.

STEINBERGER, Margareth Born. **Discursos geopolíticos da mídia**: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Secção Gráfica da Editorial Caminho, 1989.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**: Foucault revoluciona a História. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

## JORNAL O SÉCULO

O SÉCULO. Subsídios para um Inquérito: os reverendos padres da Companhia na política e na educação. N. 10:326, 11/09/1910.

\_\_\_ . Centralização? Descentralização? Um inquérito do Século. N. 11:643, 10/05/1914.

\_\_\_ . A vida portuguesa: subsídios para o estudo do problema nacional. N. 12:101, 21/01/1918.

\_\_\_ . Congresso do professorado primário. Sessão inaugural. N. 13:769, 26/05/1920.

\_\_\_ . A bem dos pequeninos: As escolas primárias. N. 13:784, 14/05/1920.

\_\_\_ . A bem dos pequeninos: as escolas primárias e o apelo aos professores. N. 13:785, 15/05/1920.

\_\_\_ . Escolas primárias; salvemos os pequeninos. N. 13:787, 17/05/1920.

\_\_\_ . As escolas primárias. O nosso apelo: começam já a ser ouvidos os professores. N. 13:788, 18/05/1920.

- \_\_\_ . O apêlo do século aos professores. N. 13:789, 19/05/1920.
- \_\_\_ . O nosso apêlo aos professores: “Pardieiros ao invés de escolas”, a campanha do século foi aplaudida ontem no senado. N. 13:790, 20/05/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias: O Século e os aplausos dos professores. Voto de louvor pela campanha. N. 13:791, 21/05/1920.
- \_\_\_ . Pelo futuro da criança. As escolas primárias. É necessário melhora-las quanto antes. N. 13:826, 26/06/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. Uma obra útil a realizar. N. 13:830, 29/06/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. Os beneméritos da instrução. N. 13:831, 30/06/1920.
- \_\_\_ . Como o Estado vexa os professores. Uma situação que deve terminar quanto antes. N. 13:835, 04/07/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. Novas saudações ao “Século”. N. 13:836, 05/07/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. Os beneméritos da instrução. N. 13:837, 06/07/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. A odisséia dos professores. N. 13:839, 09/07/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. O criminoso abandono a que tem sido votadas. N. 13:843, 12/07/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. As crianças fogem delas horrorizadas. N. 13:844, 13/07/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. Uma determinação digna de louvor. N. 13:847, 17/07/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. Palavras do Sr. Ministro da Instrução cem contos para a assistência escolar. N. 13:848, 21/07/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. Palavras do Sr. Ministro da Instrução cem contos para a assistência escolar. N. 13:854, 21/07/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. Qual ministro será capaz de transformar? N. 13:852, 21/06/1920.
- \_\_\_ . Pelo futuro da pátria. As escolas primárias. É necessário melhora-las quanto antes. N. 13:856, 21/06/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias: a descentralização em Lisboa e no Porto. N. 13:873, 13/08/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. N. 13:879, 17/08/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. Mais prova de desmazelo. N. 13:880, 18/08/1920.
- \_\_\_ . Em volta da nossa campanha: a co-educação e a fusão das escolas. N. 13:893, 01/09/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. A propósito do Centenário de 1870. N. 13:905, 12/09/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. O desmazelo do Estado. N. 13:907, 14/09/1920.
- \_\_\_ . As escolas primárias. Escolas ao ar livre em Lisboa. N. 13:909, 16/09/1920.

Artigo recebido em 30/jan./2011. Aceito para publicação em 29/maio/2011. Publicado em 23/jun./2011.

**Como citar o artigo:**

SOBRAL, Maria Neide. Os inquéritos pedagógicos em “o século” (escola portuguesa na imprensa: 1920). In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 10., jun./2011, p. 64-77. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: **DIA** mês ANO.

**Revista indexada em:**

CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de los Adultos en América Latina y el Caribe) - <http://www.crefal.edu.mx>

DIALNET (Universidad de La Rioja) - <http://dialnet.unirioja.es>

**Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 10, jun./2011  
<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>

E-mail: [rev\\_metafora\\_educacional@hotmail.com](mailto:rev_metafora_educacional@hotmail.com)

**GeoDados** - <http://geodados.pg.utfpr.edu.br>

**IRESIE** (Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa. Base de Datos sobre Educación Iberoamericana) - <http://iresie.unam.mx>

**LATINDEX** (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) - <http://www.latindex.unam.mx>

Editora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Valdecí dos Santos (<http://lattes.cnpq.br/9891044070786713>)